UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

ENEIDA SANTOS LOPES

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

UFSM/CE/NAEES

Santa Maria, RS, Brasil

2005

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

por

Eneida Santos Lopes

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para a obtenção do Grau de **Especialista em Educação com Ênfase em Gestão Educacional.**

UFSM/CE/NAEES

Santa Maria, RS, Brasil

2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS–GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

elaborada por
ENEIDA SANTOS LOPES

como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Educação com Ênfase em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Prof. Dr. Clóvis Renan Jacques Guterres
Presidente /Orientador

_____
Prof. José Luiz Padilha Damilano

_____
Prof. Hugo Fontana

Santa Maria
2005

SUMÁRIO

LISTA DE ANEXOS iv

RESUMO v

ABSTRACT vi

INTRODUÇÃO 01

I. A ESCOLA DO NOVO SÉCULO: UMA ESCOLA, MUITAS CULTURAS 04
1.1 Escola Cidadã 04
1.2 Escola: Compromissos Presentes 06
1.2.1 Professor para um Novo Tempo 12
1.2.2 Os Desafios da Profissionalidade e da Organização Coletiva dos Educadores 15
1.2.3 Avaliação Diagnóstica 16
1.2.3.1 A Necessidade e o Bom Uso de um Processo Avaliativo 17
1.3 Conselho de Classe Participativo: Um sonho a ser Conquistado 19
1.4 O Imaginário da Constituição da Escola 23

II. SITUAÇÕES METODOLÓGICAS 25
2.1 Participantes do Estudo 26
2.2 Organização do Material 26
2.3 Contextualização da Escola 26

III. ANÁLISE DOS DADOS 31
3.1 Análise de Dados da Pesquisa com os Pais 31
3.2 Análise de dados da Pesquisa com os Professores 32
3.3 Análise de Dados da Pesquisa com os Alunos 34
3.4 Análise de dados da Pesq1uisa com a Equipe Diretiva e Funcionários 35

CONCLUSÃO 37

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA 40

ANEXOS 43

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A — FOTOS DESFILE DA JUVENTUDE
Aniversário de Caçapava do Sul

ANEXO B — FOTOS DE CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

ANEXO C — ARTIGO — CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

ANEXO D — INSTRUMENTO DE PESQUISA

RESUMO

Monografia de Especialização

Programa de Pós–Graduação em Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria, RS, BRASIL.

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

Autora: Eneida Santos Lopes

Orientador: Prof. Dr.Clóvis Renan Jacques Guterres

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 29 de março de 2005.

O presente trabalho reflete sobre a implantação do Conselho de Classe Participativo em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, comparando e analisando o Conselho de Classe Tradicional e o Conselho de Classe Participativo e identifica as dificuldades para sua implantação, pois entre os vários problemas que a educação vem enfrentando, encontra-se o modo de sanar os problemas de aprendizagem, de forma a ajudar os alunos nas suas dificuldades e não prejudicá-los ainda mais. Partindo desse pressuposto, procura–se aprofundar os conhecimentos sobre o Conselho de Classe Participativo e a avaliação, mostrando–se que, através das respostas aos instrumentos de pesquisa, a grande dificuldade que professores e alunos possuem em relação a problemas surgidos em sala de aula. Ao concluir, percebe–se a necessidade de um maior aprofundamento teórico em relação ao planejamento, mais espaços para a discussão de novas idéias, aceitando críticas e buscando soluções para os desafios que surgiram no decorrer das atividades propostas pela Instituição Escolar.

Palavras – Chaves: Conselho de Classe Participativo, Conhecimentos, Aprofundamento Teórico

ABSTRACT

Monografia de Especialização

Programa de Pós–Graduação em Gestão Educacional

Universidade Federal de Santa Maria, RS, BRASIL.

PARTICIPATIVE CLASS MEETING
(CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO)

Auctor: Eneida Santos Lopes

Orientador: Prof. Dr.Clóvis Renan Jacques Guterres

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 29 de março de 2005.

The present work shows the thougts about the introduce of the Participative Class Meeting at a Municipal Basic Education School, comparing and examining the Traditional Class Meeting and the Participative Class Meeting and identifies the objections to its implantation since among severa] problems that education is facing it is the way of solve the learnign problems, so that help the studentes in their difficulties and not disturb them more. Starting from this presupposition it is attempted to study carefully the knowledges about the Participative Class Meeting and the assessinent, showing that through the answers to the research instruments, the great difficulty that teachers and studens have relating to the problems appeared is the classroom. Finally ít is detected the need of a bigger theoretical attemption regarding to the planning, more opportunity discuss new ideas, accepting reviews and searching for new solutions to the challenges that comes out during the activities proposed by the School .

Key words: Participative Class Meeting, assessinent, theoretical attemption,

INTRODUÇÃO

Os conflitos e inquietações observados nos Conselhos de Classe levaram–me a escolher o tema desta monografia, o qual proporcionou, através de pesquisa, análise e acompanhamento uma reflexão comparativa entre o Conselho de Classe Tradicional e o Conselho de Classe Participativo, possibilitando colocar em prática um recurso que, a partir da cooperação de todos, buscará entender as individualidades, resultando em um processo de construção coletiva, promovendo o crescimento do aluno de forma global, visto que, este tipo de conselho permite a convivência social e o resgate da auto–estima, compartilhando e buscando com a família uma educação de melhor qualidade.

Diante dessa complexidade, investigou–se, na escola, os modelos e propostas utilizadas para o momento avaliativo com os alunos. Utilizando questionários formulados com perguntas descritivas, participando das reuniões para organização dos Conselhos de Classe, coordenando e observando, com o objetivo de obter referenciais capazes de estruturar com eficácia um processo no qual todos os envolvidos estejam integrados no comprometimento de uma mudança em direção a novas aprendizagens e normas que orientarão o processo pedagógico, validado por todos os envolvidos.

O objetivo da pesquisa visa estabelecer uma relação entre o Conselho Tradicional com a participação somente dos Professores e Equipe Diretiva para discutir notas e problemas de indisciplina dos alunos, e o Conselho de Classe Participativo, com alternativas, funções, avaliação e acompanhamento dos alunos, bimestralmente, juntamente com pais, alunos, professores, funcionários e equipe diretiva.

Reconhecendo–se que a escola é uma instituição também de relações sociais entre os indivíduos dos diferentes segmentos, se compreende que o funcionamento da mesma é fruto de um compromisso entre estrutura formal e as interações que se produzem no seu interior. Este é um desafio de compromisso e participação ativa dos integrantes da comunidade escolar.

É interessante salientar que o Conselho de Classe "guarda em si, a possibilidade de articular os diversos segmentos da escola e tem por objetivo de estudo o processo de ensino, que é eixo central em torno do qual desenvolve–se o processo escolar" (GONZALEZ,1985: p.16).

Essas afirmações de Gonzalez enfatizam dois pontos básicos: o primeiro relaciona–se ao seu caráter articulador dos diversos segmentos da escola. Nessa perspectiva, preocupa–se com a redução do individualismo e da fragmentação; o segundo é direcionado ao processo de ensino em sua relação com a aprendizagem.

Acompanhando, no cotidiano escolar, a reconstrução da tarefa avaliativa durante o Conselho de Classe, percebi este espaço como um potencial gerador de idéias, no qual os professores exploram novas

possibilidades educativas, mesmo enfrentando as diversas condições de trabalho e as exigências burocráticas que têm de cumprir. É nesta perspectiva de enfrentar o desafio vigente e necessário de democratizar realmente a instituição educativa: trazer o aluno e sua família para o interior da escola, compartilhando seus problemas, que elaborei um projeto de pesquisa, que deu base a este trabalho, visando uma prática avaliativa construída e não via decretos ou mudanças de regimentos. Acredito que novas práticas revelam mais que princípios legais, revelam posturas assumidas. Ampliando discussões, promovendo debates, experimentando, ousando, provocando a tomada de consciência e comprometimento de todos os envolvidos neste processo, se aposta que mudanças são possíveis na educação, respeitando e valorizando a individualidade do aluno e sua família.

Os conflitos e inquietações na hora de realizar o conselho de classe despertaram–me interesse na busca e experimentações de meios para incrementar e valorizar este momento avaliativo de suma importância, que visa replanejar atividades com maior eficácia e participação de todos os envolvidos neste processo.

Construir estratégias e tornar a família parceira da aprendizagem do aluno são objetivos que devem ser levados em consideração. Quando a preocupação é levar o aluno a pensar, a querer aprender, com a certeza de que a educação escolar e a educação familiar são fundamentais a uma educação de qualidade, à preparação de indivíduos mais seguros, efetivamente responsáveis e capazes de lidar com situações problemas e, nesta busca de adesão da família, no melhor aprender e o melhor estudar, foi que houve a

viabilidade de adotar um conselho de classe com ocasiões de diálogos, de convivência verdadeiramente humana.

1. A ESCOLA DO NOVO SÉCULO: UMA ESCOLA, MUITAS CULTURAS

1.1. Escola Cidadã

Os estudos recentes sobre a escola que se quer, está centrado nas políticas educacionais que têm a escola como unidade básica e espaço de realização das metas do Sistema Educativo. Assim, o realce da escola está, não apenas na importância cultural mas, também, pelas estratégias da busca de eficácia e estratégias de modernização, atribuindo às normas um maior poder de decisão e maior autonomia.

Dentro do enfoque do passado, conta (NÓVOA apud LIBÂNEO, 2001:p.19), que nos anos 60/70 as pesquisas em educação se destacaram pela constatação da relação entre o funcionamento dos sistemas escolares e as desigualdades sociais.

Destaca ainda o mesmo autor que nos anos 80/90, a escola voltou a ter a sua importância social reconhecida. Por um lado, se vê que a mesma poderia ser culpabilizada pela exclusão de alunos provenientes das camadas populares, por outro, ela poderia ser um meio indispensável de elevação do nível cultural, de formação para a cidadania e de desenvolvimento de conhecimentos e capacidades para que o educando seja capaz de olhar positivamente o enfrentamento das condições adversas de vida.

É dentro desse cenário da pós–modernidade que a escola precisa rever seus conceitos de atuação, um cenário que coloca novos desafios para os

educadores: que tipo de educação necessitam os homens e as mulheres dos próximos vinte anos para viver neste mundo tão diverso? Certamente todos vão necessitar de uma educação para a diversidade, de uma ética da diversidade e de uma cultura da diversidade. Uma sociedade multicultural deve educar o ser humano multicultural, capaz de ouvir, de prestar atenção no diferente, de respeitá-lo, pois "*o diferente de nós não é inferior. A intolerância é isso: é o gosto irresistível de se opor às diferenças*" (Paulo Freire, 1996:p.36).

Dentro dessa visão de educação certamente, é preciso reconstruir imediatamente o saber da escola e a formação do educador. Não há um papel cristalizado, tanto para a escola quanto para o educador. Em vez da arrogância de quem se julga dono do saber, o professor deverá ser mais criativo e aprender com o aluno e com o mundo.

Numa época de violência e de agressividade, o professor tem como dever primordial promover o entendimento com os diferentes, onde a escola deva ser um espaço de convivência, onde os conflitos são trabalhados e não camuflados.

Neste contexto, convém ressaltar que a participação é muito importante, porém o princípio participativo não esgota as ações necessárias para assegurar a qualidade de ensino.

Segundo Nóvoa:

> A história da escola sempre foi contada como a história do progresso. Por aqui passariam os mais importantes esforços civilizacionais, a resolução de quase todos os problemas sociais. A escola cresceu nesta crença. E os professores acreditaram que lhes estava cometida a missão de mensageiros do progresso (1998:p.20).

Dentro dessa premissa, repensar a escola é, antes de mais nada, trazer para o cenário educativo as mudanças que o momento está exigindo, em benefício de uma melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem, destacando a importância de uma participação que não se esgota no nível profissional.

Porém, deve–se encarar a participação como um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, os quais se localizam na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem. Nesta ótica, a educação é como a montagem de um grande quebra-cabeça, do qual se tem as peças, mas nos falta a idéia clara da figura que se está montando. Muita gente se esforça, discutindo as partes, mas poucos se dedicam ao trabalho de compreensão do todo.

1.2 Escola: Compromissos Presentes

A Instituição Educativa está num processo de abertura para o mundo pluralista: há uma constante movimentação na busca da ampliação de verdades.

O limiar deste milênio desponta com novas possibilidades, novos paradigmas que levam a refletir e desafiam os segmentos da escola a estabelecer nossos projetos de vida, através de uma nova concepção de

mundo, de sociedade, de homem, estabelecendo relações contraditórias, fontes da dinâmica social.

As radicais transformações por que passa a escola, refletem uma época de transição e firma–se em todos os segmentos sociais, com uma nova maneira de ver as coisas, emergindo através de uma nova produção teórica, servindo de luz ao sistema educacional na sua totalidade. Frente a essa situação, procura–se vislumbrar sinais de esperança ao projetar ações da escola, que assume junto à comunidade, o compromisso de efetivar ações pedagógicas que favoreçam o ensino e a aprendizagem com qualidade.

De acordo com Delors:

> A educação ao longo da vida não é um ideal longínquo mas uma realidade, que tende, cada vez mais, a inscrever–se nos fatos, no seio de uma paisagem educativa complexa, marcada por um conjunto de alterações que a tornam cada vez mais necessária (1999:p.104).

Porém, é necessário que a educação se torne uma prática que ande para frente e deixe de lado o exercício circular em torno dos eixos oferta–demanda, centralização–descentralização, público–privado, neoliberalismo–humanismo, mercado–planejamento, entre outros. Quando o destino é claro, o melhor caminho é o linear.

Nesta perspectiva, vêm à tona as idéias de Paulo Freire, quando orienta a educação para a reflexão. É necessário que o homem reflita sobre si e

suas ações, analise o ambiente concreto onde vive, pois ao refletir na e sobre a realidade em que está inserido, ele conseguirá intervir para mudá–la.

Atualmente, na era da informação, da comunicação e do conhecimento, a escola não detém o monopólio do saber. O professor não é o único transmissor do saber e tem de aceitar e situar–se nas suas novas circunstâncias que, por sinal, são bem mais exigentes. O aluno também já não é mais o receptáculo a deixar–se rechear de conteúdos. O seu papel lhe impõe exigências acrescidas. Ele tem de aprender, gerir e relacionar informações para transformá–las no seu conhecimento e no seu saber. E também, uma escola tem que ser outra escola. A escola como organização, tem de ser um sistema aberto, pensante e reflexível. Sistema aberto sobre si mesmo, e aberto à comunidade em que se insere.

A rápida evolução dos conhecimentos, conjugada com a igualmente rápida evolução das necessidades da sociedade, exige de todos uma permanente aprendizagem individual e colaborativa.

O conhecimento tornou–se e tem de ser um bem comum. A aprendizagem, ao longo da vida, um direito e uma necessidade. E no contexto, da escola, se sabe que todos os segmentos fazem parte de um sistema social onde coexistem diferentes atores, diferentes filosofias, diferentes percepções e objetivos, muitos jogos de poder conflituosos. A gestão de uma escola reside na capacidade de mobiliar cada integrante para a concretização do projeto institucional, sem perder nunca a capacidade de se decidir. O projeto da mesma, em constante desenvolvimento, deve tornar as decisões adequadas ao

momento certo, demonstrando que a sua instituição tem rosto próprio e é respeitada por isso mesma.

Neste contexto, torna–se vital que a escola estabeleça conexão com a vida, vendo a diversidade presente nos educandos, valorizando os conhecimentos que eles trazem. Conforme Freire & Shön (1986:p.213) “devo esclarecer que preciso (re)–aprender o que acho que sei, na medida que os educandos conhecem junto comigo e entre eles”, evitando a colisão entre as reais necessidades do aluno e o saber repassado pela escola.

É preciso que uma instituição escolar transforme–se em uma comunidade dedicada à construção coletiva de significados, que passe a ser uma organização aprendente em vez de ensinante, capaz de aprender até mesmo com os seus erros.

Entretanto, sabe–se que mudanças na educação são muito mais lentas do que os avanços tecnológicos. É possível que, futuramente, quando houver perspectiva de tempo mais longo para analisar as reformas e políticas educacionais da segunda metade do século XX, o movimento que elas viveram deixe de ser um caótico recomeçar, como parece a muitos hoje em dia. É possível que a desorientação das políticas internacionais dessa época tenha ocorrido porque as iniciativas de reorganizar o conteúdo do saber escolar, visando uma sociedade na qual o conhecimento é distribuído em massa, tenha sido atropelada pelo surgimento de um novo tipo de sociedade do conhecimento, aquela na qual ele poderá, ao mesmo tempo, chegar a um grande número de pessoas e ser por elas, significados através de interações

infinitas e pontuais, em redes que se configuram e reconfiguram permanentemente.

Conforme Alarcão:

> As idéias que estão forçando a alteração das atitudes dos sujeitos, exigindo novas formas de abordar os conhecimentos, as atitudes e as tarefas, bem como a organização de conceitualizações, processos, estratégias e métodos vêm mexer também com as instituições (2001:p.109).

Por isso, as normas e diretrizes apontam e direcionam o ensinar para que a escola contextualize o conhecimento, através da sua recontextualização, a fim de permitir que cada um construa o sentido e compartilhe com os outros.

A maior polêmica que se cria hoje, em relação a uma perspectiva inovadora da avaliação diz respeito à questão da melhoria da qualidade de ensino. Muitos fatores dificultam a superação da prática tradicional, já tão criticada, mas, dentre muitos, desponta, sobremaneira, a crença dos educadores de todos os graus de ensino na manutenção da ação avaliativa classificatória como garantia de um ensino de qualidade, que resguarde um saber competente dos alunos.

Essa não é apenas a concepção vigente entre professores, mas a crença de toda a sociedade e que transparece em noticiários de jornais e da TV, nos comentários de pessoas pertencentes a diferentes níveis sociais ou categorias profissionais. Com isso, as escolas justificam os seus temores em realizar mudanças a partir de séria resistência das famílias quanto a tais

inovações, pela possibilidade do cancelamento de matrículas, por exemplo, nas escolas de rede privada e pela corrida em busca das escolas conservadoras. A verdade é que há um sério descrédito em relação às escolas inovadoras, e o sistema de avaliação é um dos focos principais de crítica da sociedade, uma vez que se constituiu em um componente decisivo na questão resultados, ou seja, produto obtido em educação. Enfim, a crença popular é que os professores tendem a ser menos exigentes do que tradicionalmente e que as escolas não oferecem o ensino competente à semelhança das antigas gerações.

Mas é preciso ultrapassar a sistemática tradicional de buscar os absolutamente certos e errados em relação às respostas do aluno e atribuir significado ao que se observa em sua tarefa, valorizando idéias, dando importância às suas dificuldades, sugerindo–lhe o seu próprio prestar atenção. O respeito e a valorização de cada tarefa favorece a expressão por ele de crenças verdadeiramente espontânea.

Com base nessa realidade presente, nesse entendimento, passou–se a valorizar o estudo da escola como ponto de confluência entre as análises sócio – políticas mais globais e as abordagens mais centradas na sala de aula. Visto desses pensamentos globalizados a escola, enquanto organização educativa, ganha dimensão própria como um lugar onde também se tomam importantes decisões educativas curriculares e pedagógicas" (NÓVOA apud LIBÂNEO 2001:20).

Vê–se então, imprescindíveis rupturas com modelo tradicional para que as novas propostas possam ser construídas. Aí chegou com base na LDB

9.394/1996, um lugar aberto, onde todos os segmentos da escola tenham canais institucionais para dizer a sua palavra. Essa realidade foi oportunizada na elaboração do Projeto Político–Pedagógico, onde são normatizadas as intenções da escola, em relação a vivência, a experiência e as necessidades do educando daí, a presença dos segmentos (Alunos, Professores e Pais) nos Conselhos de Classe participativo; a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais.

Apesar de a expressão “Projeto Político Pedagógico” ter se tornado comum nos últimos anos, observa–se, nas práticas pedagógicas, que o esforço dos educadores no sentido de conduzir propostas que identifiquem a escola como espaço de exercício da cidadania, cumprindo sua tarefa de construção/vinculação de conhecimentos em processo de equidade social, nem sempre tem conseguido superar a dicotomia entre as dimensões política e pedagógica.

Em alguns casos, a articulação da educação escolar com objetivos propostos por projetos de conscientização e emancipação dos sujeitos das classes subalternas, tem dado ênfase e intencionalidade política, buscando sustentação teórica em concepções que comprometem a ação com um projeto histórico ideologicamente definido.

Entre os vários problemas que o ensino vem enfrentando, encontra–se o da avaliação escolar. As discussões englobam desde sua necessidade e importância até sua prática em sala de aula.

Partindo desse pressuposto, que agora se relata um pouco sobre o cotidiano escolar, onde se enfatiza que um estabelecimento que funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite é difícil conciliar as idéias, porque muitos trabalham em várias escolas e o tempo é pouco para realizar projetos e muitas vezes entrarem em um consenso.

A construção do conhecimento, a formação pessoal e as estratégias de avaliação, sob este enfoque, objetivam uma melhor disponibilidade do indivíduo a partir de vivências que possibilitem a conscientização das limitações e facilidades que cada um apresenta na relação consigo mesmo, com os outros, com os objetos, com o meio e com o conhecimento.

A tarefa a qual se propõe é alicerçada em reflexões sobre a importância da formação continuada dos profissionais da educação, do olhar crítico do aluno, do respeito às diferenças e em oportunizar vivências que favoreçam o prazer do movimento da aprendizagem e da comunicação. Assim, não se fica apenas no conteudismo teórico, afastado de uma intervenção na realidade e nem num praticismo ativista do “fazer pelo fazer” sem a devida compreensão dos efeitos no sujeito que aprende.

1.2.1. Professor para um Novo Tempo

As concepções de educação, ensino e aprendizagem vêm evoluindo ao longo da história da humanidade e, em decorrência, a ação dos

profissionais da educação, reestrutura–se na medida em que surgem novas necessidades dentro da escola.

Uma nova abordagem da ação docente requer um novo profissional; requer alguém que organize um ambiente estimulante para que a aprendizagem se efetue, levando sempre em conta o ambiente cultural do aluno.

Freire diz:

> Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, às suas inibições: um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que a tenho de ensinar e não a de transmitir conhecimento (1996:p.52).

As palavras de Paulo Freire demonstram a possibilidade de uma nova postura diferente dos profissionais da educação, estabelecendo uma nova relação entre professor e aluno no cotidiano escolar. A atuação do professor é reflexo de sua formação e dos saberes adquiridos pela vivência ao longo da caminhada como pessoa e como profissional, determinando assim, sua postura na sala de aula, conseqüência de sua concepção do papel de professor. Isto significa que o professor aprende no seu contato com o aluno, que suas verdades são questionáveis e que sua formação nunca está concluída.

Neste sentido, Nóvoa escreve:

> A formação não se constrói por acumulação de cursos, de conhecimentos ou técnicas, mas sim de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re)–construção permanente de uma identidade pessoal (1992: p.25).

Dentro dessa perspectiva, um professor, ao comprometer–se com o ato de educar, deve considerar que o desempenho do aluno não depende apenas dele, mas de toda e escola e, em particular, do professor. No entanto, o professor não pode atuar sozinho, precisa da participação de todos os segmentos da escola, e, na busca desta parceria que hoje está inserida no conselho de classe participativo, com a finalidade de promover a intyegração dos pais na escola, abrir espaço para que o diálogo entre escola e família aconteça e dessa maneira tornem-se agentes de mudança no contexto escolar. Além disso, deseja–se que os professores dialoguem com os pais e alunos sobre suas principais dificuldades e busquem, juntos, formas mais concretas de como deverão agir para saná–las.

Portanto, o conselho de classe é a instância formalmente constituída na escola, responsável pelo processo de discussão coletiva que reflete e decide sobre aprendizagem e avaliação dos alunos, bem como sobre todos os demais elementos e ações que compõem a escola. Esta instância deve ter autonomia para decidir e avaliar a instituição e os agentes da educação, no sentido de redimensionar suas ações para os períodos letivos subseqüentes.

Este é um processo muito importante, mas precisa ser bem trabalhado, para que sirva de suporte para um ensino voltado para os interesses dos alunos.

Atualmente, vive–se um momento de revisão da educação escolar, juntamente com o seu papel e seu alcance, vem o desafio da construção de um

perfil profissional para o professor, com base no seu trabalho cotidiano em aula, mas que se amplia para o desenvolvimento do projeto educativo da escola, para a produção, sistematização e socialização do conhecimento pedagógico e para a participação em discussões da comunidade educacional.

Diante desta complexidade, fica evidente que não há regras para organizar e descrever a atuação deste profissional que precisa, ao mesmo tempo, ter clareza de objetivos e de sua intervenção pedagógica, mas também flexibilidade e sensibilidade.

Nesse enfoque, a educação aparece como processo que se realiza durante toda a vida, e a escola apresenta–se como aquela que oportuniza situações de aprendizagem sempre acompanhadas de críticas e de reflexões, buscando relacionar as construções de novos conhecimentos com fatos da vida real do aluno, preparando–os para o exercício pleno da cidadania.

A escola que reconhece isto, abre suas portas para a comunidade e dá um salto em qualidade com relação às outras. É preciso realizar atividades com força da participação, repensando currículos e analisando as experiências de aprendizagem; isto impõe revisões das práticas exercidas na escola, onde seja valorizada a efetiva participação da comunidade.

O processo de aprendizagem se efetivará quando o aluno se tornar realmente protagonista de seu “ato de aprender”, e para que isso ocorra, Gadotti (1999:p.36) afirma que “é preciso que ele se torne sujeito de sua

aprendizagem, precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto da escola que faz parte também de sua vida”.

A função da escola, nesta perspectiva, é valorizar as experiências vividas na comunidade, é motivar as pessoas para que sejam felizes inseridas no seu meio, contribuindo de forma crítica para mudar o que precisa e pode ser mudado; é facilitar também a reinvenção de uma sociedade que apresente melhores formas de convivência do que a que existe atualmente; é reestruturar uma escola que tenha como compromisso político pedagógico, desenvolver nos alunos capacidades como: senso crítico, iniciativa, criatividade, responsabilidade e autonomia, associados a valores éticos e morais que possibilitem a exclusão das injustiças sociais.

1.2.2. Os Desafios da Profissionalidade e da Organização coletiva dos Educadores

Como cidadãos de uma nova época em que o exercício da democracia exige clareza de opções e coerência nas ações, os educadores precisam, diante desse novo apelo por mudanças, clarificar os propósitos que definam a intencionalidade e a dimensão das transformações que necessariamente deverão ocorrer, a fim de que não se restrinjam às políticas de legitimação de programas oficiais, ou meras inovações metodológicas que atingem apenas o âmbito da sala de aula, sem preocupações com o inevitável comprometimento de qualquer prática pedagógica com um projeto político.

Atitudes ingênuas ou descomprometidas nas práticas educativas, já demonstraram não contribuir para a reversão das relações produtoras da alienação e da ignorância, problema básico a ser resolvido para que a consolidação da democracia e do desenvolvimento realmente ocorra. Nessa perspectiva, é preciso que a organização coletiva dos educadores na construção de propostas pedagógicas que de fato se fazem necessárias em nível de escola e de sistema, esteja pautada em concepções claras que, ao conduzirem as mudanças intra–escolares inscrevam as práticas pedagógicas em projeto histórico consensualmente assumido pelo grupo.

1.2.3. Avaliação Diagnóstica

O resgate do cotidiano, em avaliação, exige, um tempo de "deixar falar", tempo de relatar situações, contar estórias, sem a delimitação de objetivos previamente estabelecidos, temas "a priori" determinados, análises críticas imediatamente feitas.

É temeroso ao professor expor suas idéias em avaliação. Sobrecarregado de críticas, há muitos anos, alguns procedimentos a serem divulgados diante de colegas representam uma séria temeridade, porque se tem trabalhado com avaliação na base dos certos e errados absolutos. Pois o espírito de competição entre os professores é o mesmo que se desperta entre os alunos em nome da avaliação. Delors (1999:p.63) diz: "agindo assim, a escola é pretensiosa e troca entre diferentes, ambos possam vir e muito a se beneficiar".

Posturas de abertura dos grupos às discussões pressupõem fundamentalmente o respeito aos professores na condução dos trabalhos. Compreendê-los em suas formas de perceber a avaliação através das situações vividas, de sua formação pessoal e profissional.

A situação de fracasso escolar que atinge grande parte da população brasileira encontra nos mecanismos de avaliação uma de suas principais causas, contradizendo afirmações de que o abandono era o grande responsável pela expulsão das crianças dos sistemas de ensino.Nesses casos, é a persistente reprovação dos alunos a maior causa da seletividade em nossas escolas. Embora se reconheça o peso de causas socioeconômicas na seletividade do ensino, é crescente a tomada de consciência a respeito da necessidade de se estudarem também, os fatores internos da escola, reconhecendo que as práticas em ensino e de avaliação são aspectos muito importantes para o abandono escolar por parte dos alunos.

Estudar a avaliação em uma perspectiva transformadora significa situá-la como elemento de uma escola democrática, que favoreça não só o acesso das camadas populares mas, acima de tudo, a sua permanência no sistema de ensino; significa articular a avaliação a um projeto educacional para a formação do aluno como cidadão crítico, participante, autônomo, cuja apropriação significativa e crítica do conhecimento constituiu o objetivo do processo de ensino-aprendizagem, concebido aqui como um processo de construção que não se antagoniza. Significa, então, nessa perspectiva, reconhecer aluno e professor como sujeitos socioculturais dotados de identidade própria, como gênero, raça, classe social, visões de mundo e

padrões culturais próprios, a serem levados em consideração em práticas docentes e avaliativas, tendo em vista uma apropriação efetiva e significativa do conhecimento.

1.2.3.1. A Necessidade e o Bom Uso de um Processo Avaliativo

Quando um professor pensa que ensino e aprendizagem são duas faces de um mesmo processo, faz sentido acreditar que, ao final dele, só existam duas alternativas: o aluno aprendeu, ou não aprendeu. Diferentemente disso, se ele vê a aprendizagem como uma reconstrução que o aprendiz tem de fazer dos seus esquemas interpretativos e percebe que esse processo é um pouco mais complexo do que o simples “aprendeu ou não aprendeu”, algumas questões precisam ser consideradas. Uma delas é a necessidade de ter claro o que o aluno já sabe no momento em que lhe é apresentado um conteúdo novo, já que o conhecimento a ser construído por ele é, na verdade, uma reconstrução que se apóia no conhecimento prévio de que dispõe. O conhecimento prévio é o conjunto de idéias, representações e informações que servem de sustentação para essa nova aprendizagem, ainda que não tenham necessariamente uma relação direta com o conteúdo que se quer ensinar. Conhecer essas idéias e representações prévias ajuda muito na hora de construir uma situação na qual o aluno terá de usar o que já sabe para aprender o que ainda não sabe.

Conforme Saul:

> A avaliação só tem sentido se for acompanhada por uma mudança de atitudes, por uma concepção diferente do que seja, por parte do professor e dos alunos, a avaliação. Isto é, qual a sua função, o que é que se lhe deve pedir, como devemos atuar, em suma, quais são os seus reais objetivos (1995: p.63).

Essa necessidade de avaliar no início do processo é característica da relação entre ensino e aprendizagem vistos numa ótica construtiva. Nela, as informações que o aluno tem, oriundas de diferentes fontes e que são pertinentes à nova aprendizagem proposta.

Portanto, ter conhecimento de quais foram os conteúdos ensinados anteriormente ao aluno, não permite identificar o que ele já sabe: nem sempre ele aprende o que foi ensinado, e como o conhecimento não se organiza de forma linear, as coisas não funcionam tão simplesmente quanto posso ensinar, porque no bimestre passado já foi ensinado.

Tendo mapeado o conhecimento prévio dos alunos, nessa espécie de avaliação inicial, e pondo em prática as situações planejadas para levá-los a avançar, o professor passa a precisar de um outro instrumento para verificar como eles estão progredindo, já que o conhecimento não é construído igualmente, ao mesmo tempo e da mesma forma por todos.

Esse instrumento é a avaliação de percurso–formativo ou processual, feita durante o processo de aprendizagem. Ela serve para verificar se o trabalho do professor tem condições de avaliar o tempo todo, e é essa avaliação que lhe dá indicadores para sustentar sua intervenção. Para tanto, ao montar uma situação de avaliação, o professor precisa ter clareza sobre as

diferenças que existem entre situações de aprendizagem e situações de avaliação.

1.3. Conselho de Classe Participativo: Um Sonho a ser Conquistado

Ao pensar em educação, ocorre uma série de questionamentos, incertezas e dúvidas a respeito da validade de que se está vivenciando neste período de transição onde mudanças repentinas geram crises envolvendo valores, escolas e sociedade.

A escola, responsável pela formação integral do aluno, na tentativa de inseri-lo nessa sociedade que vislumbra para as inovações tecnológicas, parece estar sendo questionada, quando há inúmeras incertezas quanto a estar ou não atendendo às expectativas das famílias e do seu próprio papel, que é posto em xeque, já que parece não estar atendendo às necessidades desse mundo novo.

Hoje, vive–se no ápice da era tecnológica, do progresso que acena com inúmeras possibilidades de melhorias na qualidade de vida. Entretanto, há um grande número de indivíduos que são impedidos pela situação sócio-econômica de ter acesso a essas mesmas melhorias. O processo de exclusão vigente em nosso país leva–nos a refletir a respeito do modelo sócio–econômico–cultural adotado por nossa sociedade. As conseqüências nem sempre são promissoras e estão aumentando de maneira significativa. As diferenças existentes contribuem para a exclusão presente nos diversos

segmentos sociais, onde a escola não fica fora desse contexto, agindo através de uma atitude voltada para o individualismo como forma de vencer com qualidade a crise em que estamos submersos.

Acredita–se que mudanças podem acontecer. Para tanto, é preciso que a escola oportunize situações, onde os alunos possam entender as relações oriundas dos conhecimentos construídos, de tal forma que estes possibilitem resoluções de problemas que surgirem em suas vivências diárias. No entanto, a escola deve caracterizar–se como um espaço democrático, através de um processo pedagógico que represente as necessidades de sua comunidade.

As ações para viabilização deste projeto precisam acontecer de forma cooperativa e solidária, onde todos os profissionais da educação e a comunidade envolvida no processo lutem para consecução das metas a serem atingidas. É, portanto, um trabalho integrado e não de competição, porquanto entendemos que seu objetivo máximo é o de propor e resguardar o projeto educativo de todos, quantos sejam por ele envolvidos.

O conselho de classe seria, no contexto acima delineado, o espaço de defesa dos objetivos educacionais e onde, de maneira coletiva, a comunidade escolar tentaria ousar criar novas direções e propostas, tendo como suporte o projeto educacional da escola.

Saul (1995:p.18) vem ao encontro de nosso pensar, quando afirma que é “fundamental que novas direções sejam buscadas pelos elementos da

escola com o fato de encontrar uma nova concepção de trabalho integrado e interdisciplinar”.

Um conselho de classe pautado no trabalho solidário, que evidencie objetivos comuns de ação, pressupõe profissionais competentes técnica e politicamente comprometidos com a mudança e com um ensino de melhor qualidade. Se, por um lado, se afirma a importância do conselho de classe como instrumento de democratização das decisões escolares, de outra forma, está presente a certeza de que somente a sua existência não garante a consecução dos objetivos educacionais. A situação encontrada nas nossas escolas mostra uma realidade onde fatores diversos agem como entraves na sua operacionalização.

O objetivo do conselho de classe é a avaliação coletiva da aprendizagem, que não está atingindo os objetivos de crescimento do aluno e da comunidade escolar. Os professores consideram que os alunos é que precisam mudar o comportamento. Convém ressaltar que, num processo pedagógico–democrático, os envolvidos precisam ter clara a concepção de homem e sociedade, assim como a percepção de educação, pautada num processo horizontal e dialógico, onde a transformação e o crescimento ocorrem a partir do comprometimento de cada um na mudança desejada.

Neste contexto, as idéias, aos poucos vão se sedimentando, razão por que todo projeto que visa às futuras melhorias implica tempo e, esse tempo diferencia–se entre as escolas, porque o mesmo busca organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Nesse sentido, os conselhos escolares representam um caminho à implementação de uma gestão democrática, tendo como característica principal a participação, onde todos os segmentos têm a possibilidade de utilizarem suas palavras e compreenderem seus significados. Enfim, é um espaço construído por todos os participantes, onde a escola considera os saberes e as argumentações dos mesmos, ou seja, o prevalecimento de intervenções nas decisões.

Se a escola não for um espaço eminentemente discursivo de todos, correrá o risco de ser autoritária, prevalecendo as decisões de alguns e não a troca de idéias entre todos os segmentos escolares. Portanto, o conselho escolar deverá "garantir que, democraticamente, os membros da escola e da comunidade, apreciem, opinem e proponham ações que contribuirão para a solução dos problemas de natureza pedagógica, administrativa ou financeira da escola" (Romão, 2000:p.72).

Dessa forma, é necessário criar órgãos de gestão que garantam, por um lado, a representatividade e, por outro, a continuidade e conseqüentemente a legitimidade. Dentre esses órgãos de gestão, o conselho de classe escolar é concebido como local de debates e tomadas de decisões. Como espaço de debates e discussões, permite que professores, funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses, suas reivindicações. Segundo Paro (1995), essas instâncias deliberativas de tomada de decisões sobre os assuntos substantivos da escola proporcionam momentos em que os interesses contraditórios vêm à tona.

Essa compreensão é necessária para desvendar o papel meramente formal desempenhado, muitas vezes, pelo conselho escolar e, ao mesmo tempo, vislumbrar um avanço em termos da democratização da escola. Tudo isso alicerçado num projeto pautado no compromisso político–pedagógico, que venha a despertar todos os segmentos escolares para uma percepção que os leve a usarem suas próprias idéias na construção de novos conhecimentos, que tornem possível ressignificar a realidade vivida dia após dia.

É o papel da escola, enquanto local de socialização do educando, ter uma ação pedagógica envolvendo práticas que desencadeiem uma ação mediadora eficaz e aberta a essa mesma sociedade. Assim, é preciso recuperar o espaço escolar com a sua função específica de proporcionar condições de ensino e aprendizagem significativas, que permitam ao educando a apropriação das formas e dos conteúdos constitutivos do saber sistematizado, possibilitando a democratização desse saber.

1.4. O Imaginário da Constituição da Escola

A escola e as aprendizagens, a que se destinam antes de serem objetos concretos de nosso saber e nosso querer, estão pré–figurados no imaginário social, no campo simbólico da fantasia, onde se espelha o mundo dos possíveis, o remoto, o ausente, o ainda obscuro, os objetos do desejo, o campo avançado das utopias. Somente na ordem simbólica existem as instituições sociais, onde se combinam os componentes do imaginário com os da funcionalidade prática, pois é no campo simbólico que se instauram os

desejos inscritos nas perspectivas do futuro, antes de se constituírem em projetos manifestos de vida e de ação solidária.

Na base de qualquer ideal, ou projeto de escola, situa-se a verdade do desejo, não apenas por parte daqueles que formalmente a instituem, mas sobretudo, por parte dos que a fazem no dia–a–dia, dando–lhe vida e efetividade. O imaginário da escola atua tanto no que se refere aos sentidos que a informam e impulsionam, como no que diz respeito às condições de seu funcionamento prático–operativo.

Cabe ao projeto político–pedagógico da escola realizar esta tão necessária articulação do instituinte com o instituído, da vida concretamente vivida dia a dia com as condições sociais e materiais necessários à continuidade das ações, numa forma conjunturalmente possível, porque a intencionalidade das perspectivas de atuação solidária trata de opções fundamentalmente éticas assumidas pela cidadania responsável em amplo debate.

2. SITUAÇÕES METODOLÓGICAS

Pensar a educação hoje, é pensar uma forma de trabalhar atendendo às reais necessidades dos seres humanos. Sabe-se que, para realizar um bom trabalho não necessitamos somente de conhecimentos técnicos, mas também de disponibilidade e vontade de buscar novos caminhos.

Surge aí, o grande desafio do trabalho educativo "o conselho de classe participativo", que não permitiu que ficássemos omissos, mas que questionássemos sobre essa nova possibilidade no ensino hoje, através do estudo de caso, realizado numa escola de Ensino Fundamental, localizada na zona Sul da cidade, onde foram realizadas entrevistas com a equipe diretiva, professores, funcionários, pais e alunos deste estabelecimento.

Adotou–se o estudo de caso, por este permitir a delimitação do problema, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo.

Segundo Goode Hott (1968), o estudo de caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo, por ser desenvolvido numa situação natural, é rico em dados escritos em um plano aberto, flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada, procurando representar os diferentes e, às vezes, conflitantes pontos de vista presentes numa situação social.

De junho a julho de 2004, foram realizadas entrevistas com os segmentos escolares, objetivando-se coletar dados sobre o conhecimento ou não do conselho de classe participativo. Entrevistas, essas, que foram bem aceitas pelos participantes.

Foram valorizadas e oportunizadas a participação e a espontaneidade, proporcionando o pleno desenvolvimento, tendo como pressuposto principal a participação de todos os envolvidos no processo.

2.1 Participantes do Estudo

Participaram do estudo todos os segmentos da Comunidade Escolar. A aceitação em relação à pesquisa foi ótima, pois todos responderam de forma satisfatória e acolhedora o que me levou a perceber com maior profundidade um pouco mais das pessoas que estão à nossa volta, e muitas vezes passam despercebidas.

2.2 Organização do Material

A pesquisa foi realizada através de paralelos entre o Conselho de Classe Tradicional e o Conselho de Classe Participativo. O tema foi bem explorado, possibilitando a obtenção de respostas condizentes com o tema pesquisado, o que proporcionou uma partilha de experiências.

2.3. Contextualização da Escola

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças está situada na rua Luis Coelho Leal, zona sul de Caçapava do Sul, atualmente funciona em três turnos e conta com um número de 934 alunos.

As atividades são desenvolvidas por setenta e dois (72) professores, doze (12) funcionários, quatro (4) vigilantes, coordenados pela Equipe Diretiva composta por sete (07) professores.

A escola adota uma metodologia ainda voltada para o ensino tradicional, embora alguns professores busquem uma metodologia mediadora do conhecimento, como processo que se constrói e reconstrói permanentemente.

Os professores estão participando da caminhada dos alunos, fazendo provocações intelectuais significativas a partir de informações, interesses e possibilidades cognitivas. As propostas de atividades são provocadoras, mediante ações que partem de problematizações e enfatizam oportunidades do aluno aprender a fazer, enfrentando múltiplas e diferentes situações que se apresentam ao longo de sua vida.

A comunidade escolar é participativa, o que facilita desenvolver projetos de forma didaticamente estruturada, interdisciplinar e com ótimos resultados. O Projeto Político Pedagógico é elaborado com a participação de todos os envolvidos no processo educativo; porém, ainda não atingiu seu verdadeiro papel, principalmente no que diz respeito em assumir

verdadeiramente a essência do que nele contém, embora após observar, reunir–se, e discutir conflitos cotidianos elegeram suas prioridades e metas.

Entre várias filosofias discutidas e construídas, foi eleita a seguinte: “Comunidade Escolar unida e atuante preparando cidadãos responsáveis”.

O objetivo geral da escola propõe promover atividades que levem o aluno a compreender o mundo em que atua, a fim de construir uma sociedade melhor, mais justa e fraterna, com perspectiva de transformação para a vida.

Em relação ao Conselho de Classe, podemos dizer que houve um avanço, a equipe de apoio pedagógico propôs mudar o sistema tradicional de conselho de classe, a maioria dos professores, inicialmente, foi resistente à idéia. Continuamos realizando reuniões, ouvindo sugestões sobre qual seria a melhor forma de contar com os pais como parceiros da aprendizagem de seus filhos, visto que todos no cotidiano escolar consideram que a preocupação de levar o aluno a querer aprender precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar.

Foi nesta busca de adesão da família para sua tarefa de desenvolver nos alunos atitudes positivas com relação ao aprender e estudar, que estimulou–se a viabilidade de adotar um conselho de classe com ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, onde os pais ou responsáveis também contribuam para a melhoria de qualidade do aprendizado.

A escola não é apenas a agência que reproduz as relações sociais, mas um espaço em que a sociedade produz os elementos da sua própria contradição. Portanto, a escola, como uma instituição que deve procurar a socialização do saber, da ciência, da técnica e das artes produzidas socialmente, deve estar comprometida politicamente e ser capaz de interpretar as carências reveladas pela sociedade, direcionando essas necessidades em função de princípios educativos capazes de responder às demandas sociais.

Neste contexto, aparece muito clara a imagem do professor que num sistema educacional deste novo milênio só deve se firmar como co-participante de um projeto que atenda à subjetividade e às peculiaridades de cada um, ao mesmo tempo em que sua atuação seja interlocução viva, convertendo-se no grande desafiador de, em sala de aula, romper com os preconceitos no vaivém da prática à teoria e da teoria à prática, exercendo sua ação docente em um espaço aberto ao diálogo com um mundo vivo.

Em relação ao espaço físico, a escola dispõe de salas de aulas pequenas para o número de alunos, problema este que é agravado devido à localização da quadra de esportes, que é contornada pelas salas de aula. Com isso, os alunos têm de conviver com o barulho das atividades extra classe e aulas de educação física realizadas na mesma, durante o mesmo período.

Todos esses problemas dificultam o bom funcionamento da escola, a Equipe Diretiva tem planos para contorná-los, mas os recursos financeiros são insuficientes para pô–los em prática.

Quanto aos projetos realizados na escola, estes obtêm sucesso, pois são planejados de acordo com temas do interesse do aluno, fazendo com que eles se envolvam e organizem mostras de trabalho como culminância das atividades desenvolvidas, como o Projeto de Matemática, em que os alunos organizaram-se em equipes e promoveram gincanas que, além de realizarem as tarefas propostas, distribuíram cestas básicas e roupas à comunidade. Esse foi um trabalho que envolveu os alunos e ajudar a comunidade, desenvolvendo o senso crítico e a cidadania dos mesmos.

Sobre datas comemorativas (aniversário da escola, da cidade, meio ambiente) são organizadas apresentações com a participação dos alunos, palestras, confecções de trabalhos, etc, valorizando o potencial do aluno, de um modo significativo. Um exemplo foi a Festa Mundial do Folclore, que levou grupos do México e Alemanha, que visitaram a escola, apresentando danças típicas de cada país, mostrando sua cultura e conhecendo também a nossa cultura.

Esta festa foi muito significativa, porque oportunizou aos alunos conhecerem novas culturas, o que faz da escola um espaço privilegiado e de múltiplos conhecimentos.

Com relação à avaliação, a escola adota pareceres, de 1ª e 2ª série e de 3ª a 8ª séries, testes, trabalhos e rendimento do aluno em aula, o que demonstra que já está iniciando um processo novo de avaliação onde, com o tempo, testes estarão sendo abolidos. A preocupação, porém, é com relação ao preparo dos educadores para estas mudanças, uma vez que muitos estão presos a notas, não ao rendimento do aluno. Nestes aspectos acredita-se que é

necessário que a Equipe Diretiva participe ativamente, auxiliando o professor, dando-lhe todo o apoio necessário para desenvolver um trabalho significativo, beneficiando o aluno e, principalmente, valorizando seu potencial (ANEXO– Visita dos Participantes da Festa do Folclore).

3. ANÁLISE DOS DADOS

3.1 Análise de Dados da Pesquisa com os Pais

Dos quarenta (40) pais que responderam a pesquisa, colocaram seus pareceres sobre o assunto enfocado, com muita precisão e, com conhecimento da vivência escolar de seus filhos.

A pesquisa foi bem aceita pela família, principalmente pelas mães, em grande maioria, pois os pais não se encontravam em casa, sendo que todos consideram o conselho de classe tradicional muito fechado e sem importância. Consideram que a escola é uma família, e que todos devem estar a par dos problemas que nela permeiam. Este conselho não permitia o diálogo da família com os professores, ficando restrito somente aos docentes e equipe diretiva. O Conselho de Classe Participativo é bem melhor, os pais ficam mais informados sobre o rendimento dos filhos, sobre suas dificuldades e todos os projetos da escola, abrindo espaço para opiniões sobre a educação dos nossos filhos e com isto, abrindo caminho para um futuro promissor daqueles que vêm na escola buscando novos saberes.

Nesta ótica, fica evidenciado que o diálogo é a contribuição pessoal de todos os envolvidos, pois é no consenso que encontraremos meios para

encaminhar ações que orientam o pensar e o fazer da escola, direcionando–a a uma prática transformadora.

3.2 Análise dos Dados da Pesquisa com os Professores

Dos vinte (20) professores que responderam à pesquisa, todos atuam em turmas de alunos de 5ª a 8ª séries, composta, em média, por 25 alunos.

Ao serem questionados sobre o conselho de classe responderam:

A **professora A** colocou que... *"O conselho de classe tradicional não ajuda em nada, pois os alunos não ficam sabendo o que deve ou não ser melhorado em relação ao ensino. Quanto ao conselho de classe participativo, este oportuniza um contato mais direto com o aluno, explicando no que cada um pode mudar para melhorar"*.

A **professora B** respondeu que... *"O conselho de classe tradicional só fala o que não interessa, se detendo em assuntos pessoais dos alunos, deixando de lados casos sérios de indisciplina e aprendizagem. Já, o conselho de classe participativo é bem melhor, porque os pais participam, e assim o professor tem mais contato com eles, conhecendo-os melhor através do diálogo"*.

A **professora C** acredita que ... *"o conselho de classe tradicional está ultrapassado. Quanto ao conselho de classe participativo é ótimo, deve continuar"*.

O **professor D** diz que... *“O conselho de classe tradicional é menos democrático, muito automático e frio, enquanto que, o conselho de classe participativo é muito mais interessante, porque há a possibilidade de troca. Podemos ouvir os alunos, descobrir o que querem e também dizer o que queremos”.*

A **professora E** diz que ... *“o conselho de classe tradicional não era muito produtivo, os problemas ficavam somente entre professores e direção. Em relação ao conselho de classe participativo é muito bom, existe participação de todos os interessados: pais, alunos, professores e direção. Assim, todos ficam engajados aos problemas e possíveis soluções”.*

A **professora F** responde que ... *“ O conselho de classe tradicional é muito pobre, dá oportunidade somente para constatar notas dos alunos, o que no conselho de classe participativo é diferente, pois é eficiente, traz oportunidades de compartilhar informações sobre a turma e sobre cada aluno; oportuniza ao professor analisar os métodos usados nas suas aulas e se auto–avaliar.*

A **professora G** responde que ... *“No conselho de classe tradicional os professores levavam muito tempo falando de problemas que nem sempre eram relevantes. Isso fazia com que os alunos continuassem com rendimento e disciplina a desejar. Já o conselho de classe participativo é muito positivo, pois falamos diretamente com o aluno e pais sobre o que ele é ou apresenta no rendimento escolar”.*

A **professora H** disse que ... *"O conselho de classe tradicional visa apenas a nota, os números, sem a parte emotiva dos "porquês", parecendo que os pais e alunos são alheios ao que está acontecendo. No conselho de classe participativo temos a oportunidade de desvendar os "porquês", de uma forma democrática e até de citar responsabilidades aos pais e alunos".*

A **professora J** diz que... *"O conselho de classe tradicional se preocupa com notas, que se perde muito tempo com assuntos alheios que, muitas vezes, não dizem respeito ao desenvolvimento escolar do aluno. Já o conselho de classe participativo está voltado ao desenvolvimento escolar do aluno, ou seja, está mais preocupado com as dificuldades do baixo rendimento, buscando junto com os professores, pais e alunos, soluções para resolver esta situação".*

3.3 Análise dos Dados da Pesquisa com os Alunos

A pesquisa foi realizada com quarenta (40) alunos, que estudam de 5ª a 8ª série, sorteados cinco (05) de cada série, que responderam da seguinte forma:

⇒ O aluno considera o conselho de classe tradicional sem graça, pois ninguém sabe o que está acontecendo. Não podemos dar nossa opinião nem perguntar. No conselho de classe participativo é melhor, porque podemos opinar sobre os professores e sobre o nosso próprio comportamento, melhorando assim os relacionamentos em sala de aula.

⇒ Não podemos dar nossa opinião nem perguntar. No conselho de classe participativo é melhor, porque podemos opinar sobre o nosso próprio comportamento, melhorando os relacionamentos em sala de aula.

⇒ Digo que o conselho de classe tradicional não é bom, pois não estamos presentes. Queremos que o conselho de classe participativo continue, mas sem a presença dos pais, por causa das cobranças depois.

⇒ O conselho de classe tradicional é ruim, pois os alunos e os pais não podem participar. O participativo é melhor, pois os pais precisam saber do comportamento dos filhos na escola.

⇒ Conselho de classe tradicional não é interessante, porque os alunos não ficam sabendo o que falam a seu respeito. O outro é ótimo, porque os professores falam o que devemos fazer para melhorar.

⇒ Prefiro o conselho de classe tradicional, embora não concorde com o modo como ele é realizado, só entre professores, e as soluções nunca chegam até os alunos, apenas os problemas. O conselho de classe participativo é mais aceito, porque os alunos ouvem críticas e podem dar seu depoimento para melhorar o rendimento escolar.

⇒ O conselho de classe tradicional não permite que os alunos saibam o que falavam a seu respeito, por isso não era bom nem democrático.

O participativo é melhor, pois os alunos sabem o que os professores pensam a seu respeito, e os pais ficam a par do que está acontecendo com os filhos.

3.4 Análise dos Dados da Pesquisa com a Equipe Diretiva e Funcionários

Os gestores acreditam o conselho de classe tradicional ultrapassado em parte, porque visa apenas a nota. Há necessidade também do professor se reunir para discutir com o aluno.

Quanto ao conselho de classe participativo é muito produtivo. Ali o trabalho em conjunto aparece, somente unidos faremos a escola melhorar.

Já os funcionários dizem que o conselho de classe tradicional é pouco produtivo, pois só visa notas e comentários sobre a disciplina dos alunos, ficando tudo como comentário do momento, o que acaba sendo esquecido posteriormente.

Quanto ao conselho de classe participativo é um bom trabalho, um modo de melhorar a aprendizagem e o comportamento dos alunos, pois todos participam dando suas opiniões e sugestões para as mudanças, não ficando apenas a palavra dos professores, os pais também participam e ficam por dentro da realidade do seu filho na escola.

CONCLUSÃO

Num processo de educação construtiva, a avaliação é um elemento indispensável à reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios ao aprendiz. A avaliação necessária é aquela feita de forma eficaz, devendo ser realizada individualmente, cada um fazendo sua própria reflexão, e, em conjunto, por professor/aluno e demais envolvidos no processo, com a finalidade de avaliar as hipóteses levantadas e de decidir sobre as providências necessárias.

A avaliação deve ser resultado de uma discussão de forma honesta e transparente entre todos os elementos envolvidos no processo. Nessa questão, a postura do professor é fundamental. O aluno deve se considerar, bem como perceber no professor, um dos elementos co-responsáveis no processo de ensino-aprendizagem.

Após várias leituras, e entrevistas com Equipe Diretiva, professores, pais e alunos, pode-se dizer que Conselho de Classe Participativo e avaliação são indissociáveis, ou seja, o conselho é o meio de se conhecer, interar–se junto com os segmentos escolares sobre as causas e dificuldades do processo ensino e aprendizagem, como fazer para que estas lacunas sejam preenchidas, de modo que venham propiciar possíveis soluções para problemas surgidos,

por isso a avaliação faz parte de um processo dinâmico. Conseqüentemente, deve ser dinâmica. As ações avaliativas dão, ao mesmo tempo, movimento e força propulsora ao processo de ensino e aprendizagem.

Através dos resultados que o professor constata no decorrer do processo, ele faz inferências para retomar o que está sendo trabalhado, ou para prosseguir. Este mecanismo de ação–reflexão–ação, deve ser realizado pelo professor e pelo aluno conjuntamente, não só em sua singularidade mas, especialmente, sob a ótica das interações ocorridas durante o referido processo.

Os resultados de uma avaliação vão ser a força propulsora para iluminar o caminho da transformação, como diz Saul (1988:p.61) “a avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real”.

Assim sendo, a postura do professor em relação ao conselho de classe participativo é fundamental, pois ambos precisam ser realizados de modo que venham a ajudar o meio de propiciar o desenvolvimento de suas potencialidades. Acredita–se que o processo de aprendizagem se efetivará quando o aluno se tornar realmente, protagonista de seu “ato de aprender” e para que isso ocorra Gadotti (1999:p.36) afirma que “é preciso que ele se torne sujeito de sua aprendizagem, precisa participar das decisões que lhes dizem respeito e o conselho de classe participativo oportuniza esta participação”.

A partir das conclusões do estudo feito, ficou evidente a desacomodação do Professor em função da presença dos segmentos pais e alunos, visto que pessoas com diferentes culturas, hábitos, atitudes, entendimentos, trazendo com essa dificuldade de postura e assimilação das normas que se adequam a cada realidade; a necessidade de um melhor preparo do professor, não só quanto aos aspectos técnicos como principalmente, à maior conscientização em relação ao comprometimento com a proposta pedagógica. Se a avaliação for eficaz, ela será o ponto de partida na promoção da melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

É certo que não vamos apresentar soluções prontas e nem receitas acabadas. Sabe-se da dificuldade que existe dos segmentos escolares de discutirem, trocarem idéias e, principalmente, aceitar críticas, como meio de melhorar, de inovar. A intenção deste estudo é provocar uma reflexão sobre a necessidade da redefinição do papel da escola e do professor frente às exigências do contexto atual, visando uma nova postura em relação ao processo avaliativo, complementando-o com a importante participação dos alunos, pais e professores no conselho de classe participativo, onde ambas as partes buscam solucionar os problemas escolares através do diálogo e troca de experiência.

O Conselho de Classe Participativo, na Gestão do processo escolar, contribui na discussão de perspectivas nas práticas democráticas e participativas, pois é argumentando a complexidade da questão que se vai dimensionar uma análise que, certamente, evidenciará resultados positivos na qualidade do trabalho construído através de experiências com a Comunidade

Escolar. Assim, os professores, devem ter a preocupação, de realizar um trabalho de qualidade que permita ao aluno elaborar seu conhecimento de forma prazerosa, despertando a curiosidade, a criatividade e, que a avaliação seja desenvolvida de forma que haja interesse na participação de cada segmento no Conselho de Classe Participativo, ao mesmo tempo que, este estudo traga melhoria no processo avaliativo. O professor precisa constantemente fazer uma auto–avaliação do seu trabalho, pois só assim terá maior êxito no seu fazer pedagógico. Conseqüentemente haverá uma maior aprendizagem do aluno, pois a cada dia surgem novos desafios no compromisso de educar, possibilitando que as diferenças sejam respeitadas, e que os sujeitos envolvidos sintam–se partícipes do processo, exercendo no dia–a–dia a sua cidadania.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Izabel,(org.) *Formação Reflexiva de Professores. Estratégias de Supervisão.* Porto Alegre: Porto Editora, 1996.

DELORS, Jacques. *Educação: Um tesouro a descobrir Relatório para a UNESCO da Comissão Institucional Sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.* São Paulo : Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; SHÕN, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação* - um estudo introdutório. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

GANDIN, Danilo et al. *Planejamento na sala de aula*. Porto Alegre: [s.e.], 1995.

GONZALES, Elias Nunes. *Conselho de Classe Participativo fator de integração na escola.* Santana do Livramento: G.E. A Platéia S A ,1985.

GOOD e HATT, K. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1968.

HOFFMAN, Jussara Maria Lerch. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1998.*

HORA, Dinair Leal da. *Gestão democrática na escola:* artes e ofícios da participação coletiva. Campinas/SP: Papirus, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola* – teoria e prática. [s.l.]: Alternativa, 2001.

MELCHIOR, Maria Celina. *Avaliação para qualificar a prática docente:* espaço para a ação supervisora. Porto Alegre, Premier, 2001.

_____. *Avaliação pedagógica: função e necessidade*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

NÓVOA, A. (coord.) *Os professores e a sua formação.* 2ª ed. Lisboa Dom Quixote, 1998.

PAIVA, Maria da Graça Gomes e outra. *Avaliação: novas tendências, novos paradigmas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

PARO, Victor Henrique. *Qualidade do Ensino: a contribuição dos pais.* São Paulo: Xamã, 2000.

ROMÃO, José Eustáquio. *Poder local e educação*. São Paulo: Cortez,1992.

SAUL, Ana Maria. *Criando um novo paradigma. O paradigma da avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo*. 3ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VEIGA, Ilma Passos e outra. *Escola–espaço do Projeto–Político–Pedagógico.* Campinas/SP: Papirus, 1998.

ANEXOS

ANEXO A

FOTOS DESFILE DA JUVENTUDE

Aniversário de Caçapava do Sul - RS

E.M. de Ensino Fundamental
NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS
NSG
CAÇAPAVA DO SUL - RS

D.T.G.
UNIDOS PELA TRADIÇÃO

ANEXO B

FOTOS DE CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

ANEXO C

ARTIGO
JORNAL “A GAZETA”
CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

Artigo publicado no jornal Gazeta:

Escola Municipal consegue quase 100% de adesão ao Conselho de Classe Participativo

Os conflitos e inquietações na hora de realizar o Conselho de Classe dos alunos levaram a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora das Graças, na Vila Sul, a buscar meios de melhor realizar este momento avaliativo de suma importância para planejar suas atividades de forma eficiente e participativa. O Conselho de Classe Participativo na gestão do processo escolar contribuiu na discussão de perspectivas das práticas democráticas e participativas. O argumento da complexidade da questão dimensiona uma análise que evidenciará resultados positivos na qualidade de experiências que iniciaram em 2003, juntamente com a comunidade escolar. Após reuniões com os professores desta escola, foram construídas estratégias para tornar a família do aluno uma parceira na sua aprendizagem. Todos no cotidiano escolar consideram que a preocupação de levar o aluno a querer aprender precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar. Nesta busca de adesão da família para a tarefa de desenvolver nos alunos atitudes positivas com relação ao aprender e estudar estimulou a viabilidade de adotar um conselho de classe com ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, onde os pais ou responsáveis contribuíram para a melhoria da qualidade do ensino na escola. A coordenadora pedagógica da escola, Eneida Santos Lopes, que faz pós-graduação em Gestão Educacional argumenta “neste ano, já convidamos a família dos alunos para participarem deste processo avaliativo, oportunizando o diálogo entre pais, alunos, equipe diretiva e professores, resultando numa participação de 85% da família na escola. Na mesma semana, proporcionamos nova oportunidade para os que não tiveram condições de comparecer nos dias e horários previstos, o resultado foi de 95% de participação, o que demonstra que o maior desafio é Começar sem medo de errar e começar de novo.

Este sistema já tinha sido implantado nas Escolas Augusto Vitor Costa (Durasnal) e Inocêncio Prates Chaves (Vila Figueira) com orientação da pedagoga Eneida Lopes.

ANEXO D

INSTRUMENTO DE PESQUISA

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

PESQUISA COM A COMUNIDADE ESCOLAR

ASSUNTO: Conselho de Classe de 5ª a 8ª Série

ENTREVISTADO

( ) PROFESSORES
( ) PAIS
( ) ALUNOS
( ) GESTORES
( ) FUNCIONÁRIOS

ESCREVA SUA OPINIÃO SOBRE:

a) CONSELHO DE CLASSE TRADICIONAL:

b) CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: